

sábado, 04 julho 2009 | 16:47

Inquérito da SEDES

por Raquel Ramalho Lopes, RTP actualizado às 18:28 - 03 Julho '09

Desigualdades na justiça afectam qualidade da democracia

publicado 17:50 03 Julho '09



Mais de 50 por cento dos inquiridos está pouco ou nada satisfeita com o funcionamento da democracia DR

A maioria dos inquiridos no estudo da SEDES está pouco ou nada satisfeita com o funcionamento da democracia em Portugal e considera que o acesso à justiça é um dos seus principais problemas. O ministro da justiça sustenta que as conclusões do inquérito são "injustas" e aponta as melhorias no sector em Portugal.

O Observatório da Justiça considera que o documento não traz "resultados novos" e a Associação dos Juizes pela Cidadania aponta "fragilidades" ao estudo.

"A conclusão principal do estudo refere-se à opinião dos portugueses sobre a justiça. As conclusões até são semelhantes ao que pensam os espanhóis, segundo um estudo similar feito em 2008, mas os portugueses sentem-se mais longe dos governantes do que os espanhóis", apontou Pedro Magalhães, o coordenador do estudo.

Oitenta e dois por cento dos inquiridos no estudo sobre "A Qualidade da Democracia em Portugal: a Perspectiva dos Cidadãos" afirmou que o acesso à justiça em Portugal é desigual entre ricos e pobres. Apenas 9 por cento acredita que o sistema da justiça não olha a diferenças sociais, refere o documento apresentado esta tarde no Instituto para a Defesa Nacional, em Lisboa.

As diferenças no acesso à justiça entre políticos e cidadãos sem participação activa na vida política também são apontadas por 79 por cento dos 1003 inquiridos, entre 13 e 23 de Março deste ano, pelo grupo de trabalho coordenado por Pedro Magalhães, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa.

A crença na desigualdade de acesso à justiça leva a que 49 por cento dos inquiridos tenham respondido que não vale a pena encetar um processo. A independência dos juizes perante o poder político divide opiniões: 37 por cento defende que não há independência; 32 por cento acredita no contrário.

Cinquenta e um por cento dos inquiridos responde estar pouco ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia, enquanto 11 por cento diz estar muito satisfeito. Os portugueses "mais velhos estão mais satisfeitos com a democracia, porque conheceram uma alternativa", antes de Abril de 74, aponta Luís Campos e Cunha, presidente da SEDES.

As eleições são o mecanismo apontado por 40 por cento dos inquiridos para compensar ou penalizar os políticos portugueses.

"Democracia madura"

A maioria dos portugueses entende que os governantes decidem sem ter em conta as opiniões dos cidadãos que os elegeram, apurou ainda o estudo encomendado pela SEDES. O presidente desta associação explica que esta conclusão constitui "uma prova de vivermos numa democracia madura".

Além da pouca influência dos cidadãos nas opções dos Governos, sustentam que os políticos estão centrados nos seus interesses pessoais em detrimento dos interesses da nação.

Outro dado apontado pela investigação consiste na tomada de consciência de uma "clara maioria" dos inquiridos que os partidos pequenos são prejudicados pelo sistema eleitoral e que este não permite a responsabilização dos deputados pelas suas decisões.

Os inquiridos mostram confiança no papel do Presidente da República para impedir eventuais abusos de poder pelo Governo, tarefa para a qual apontam falta de capacidade para a Provedoria da Justiça.

Ministro da Justiça considera conclusões "injustas"

"Não se devem extrair desses estudos de opinião conclusões injustas em relação, sobretudo, a juizes, magistrados do Ministério Público e funcionários da justiça, que dão o seu melhor no sentido que a justiça melhore e temos indicadores no sentido que ela está não a piorar, mas a melhorar", sublinhou o ministro Alberto Costa.

O governante nota que "sempre que existe uma experiência judicial, há quem fique satisfeito com os resultados e há que fique insatisfeito" e refere que estudos semelhantes são realizados "em todos os países do mundo".

Conclusões da SEDES em linha com as do Observatório da Justiça

O relatório da SEDES "não traz resultados novos", aponta o coordenador do Observatório da Justiça. Boaventura Sousa Santos aponta que a visibilidade

conferida pelos meios de comunicação social ao sistema judicial, também coloca em evidência os as deficiências e morosidade do mesmo sistema.

Como forma de combater o descrédito e a distância da justiça, o Observatório propôs a criação de um Instituto Público de Defensores, que contou com a oposição da Ordem dos Advogados, e a adopção de um sistema informático que permita a consulta da situação do processo pelo cidadãos envolvidos.

Associação de Juízes pela Cidadania critica relatório

"Este relatório sabe a pouco. Não basta dizer que já descrédito na justiça. É certo que há deficiências, mas a qualidade da democracia tem de ser aferida por todos os sectores, não só pelo seu pilar cimeiro, a Justiça", comentou o presidente da Associação de Juízes pela Cidadania.

Para Rui Rangel, este é um estudo "interessante", mas "não se pode concluir que o descrédito na justiça é o maior problema da democracia sem perceber como funciona o sistema democrático".

O juiz critica o momento escolhido para a realização do estudo, quando "os patamares de confiança na Justiça andam pelas ruas da amargura". Contesta que as desigualdades sociais perante a justiça afastem os cidadãos porque "se assim fosse, os tribunais não estariam embatucados com processos como estão".

A morosidade da justiça configura o seu principal problema, mas a isenção dos juízes perante o poder político não está em causa. "Poderá haver alguma interferência, não sobre a independência dos tribunais, mas sim sobre a autonomia do Ministério Público. Quem aparece sempre na primeira linha dos processos é o Ministério Público, entidade que não é independente, mas sim autónoma. É sobre essa autonomia que pode haver interferência", aponta Rui Rangel.

Associação Sindical dos Juízes Portugueses responsabiliza legislação

As conclusões do estudo da SEDES são "compreensíveis, à luz do sistema de justiça na sua globalidade", refere António Martins, presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP).

"A responsabilidade parece que terá que ser imputada, em primeira linha, à legislação existente e à falta de eficácia da investigação", acrescenta. António Martins aponta que a justiça nem sempre "responde em tempo útil" às solicitações dos cidadãos e não deixa de sublinhar a "percepção" que "os juízes são independentes no exercício das suas funções".